

O terceiro e último capítulo (páginas 217 a 274) trata enfim da alimentação propriamente dita e nele não houve remédio, devido às limitações da documentação, senão se contentar com amostragens exemplificativas, felizmente bastante variadas, apresentando-se como deficiência mais constante a pobreza no leite e derivados, frutas, verduras e legumes frescos, redundando em carência de proteínas animais, cálcio e vitaminas A e C. Quanto mais baixo o nível social do consumidor mais se acentuavam tais tendências, conduzindo, sobretudo em fases de penúrias à multiplicação de doenças de pele, por vezes confundidas com a lepra. Neste capítulo o Autor socorreu-se da colaboração de nutricionista, exemplo de colaboração inter-disciplinar digno de ser imitado.

Ao texto segue-se uma complementação bastante substancial (cerca de 200 páginas), compostas de anexos, peças justificativas, fontes, bibliografia e glossário, além dos índices de praxe, sendo, contudo, estranhável, a ausência de um índice remissivo de assuntos.

Apesar de deixar em suspenso uma série de questões importantes, e objeto de cogitação constante de historiadores preocupados com aspectos sobretudo interpretativos, fato que se deve basicamente, como já foi enfatizado, à insuficiência das fontes, trata-se de uma contribuição sugestiva num campo ainda a ser devidamente explorado.

VICTOR DEODATO DA SILVA

\* \* \*

ASHTOR (Eliyahu). — *Les métaux précieux et la balance des payments du Proche-Orient à la Basse Époque*. École Pratique des Hautes Études — VIe. Section. Centre de Recherches Historiques. Série "Monnaie-Prix-Conjoncture". Paris, S.E.V.P.E.N., 1971. 128 páginas "in-8°" (16 x 24 cm).

A "Época Baixa" a que se refere o título refere-se a um critério próximo-oriental de periodização, procurando caracterizar a fase de decadência mame-luca, que precedeu a conquista da região pelos otomanos. Nessas condições, *grosso modo*, o livro concentra-se nos séculos XIV e XV, ainda que não raro remontando a fases notavelmente anteriores, com algumas incursões pelo século XVI. Desfrutando da margem de rabugice normalmente concedida aos resenhadores, diremos que a indicação dos séculos em seguida ao título seria bem-vinda, visto que nem todos estão familiarizados com a nomenclatura da história da região, o que torna, em muitos casos, obrigatório folhear o livro para precisar o seu conteúdo. Mas, mais útil se nos afigura passar ao exame de sua substância.

Os temas monetários são áridos por natureza e seria pedir muito esperar por uma dose qualquer de fascinação a uma obra do gênero daquela em exame, mas pode-se sem dúvida louvar a fluência da exposição e a simplicidade da linguagem, bem como o fato de ser banida qualquer rebarbatividade terminológica. Mesmo não sendo particularmente versados na matéria, sentimo-nos autorizados a sublinhar a solidez do estudo, apoiado em fontes diversificadas e aparentemente exaustivas — numismáticas, mercantís e narrativas, tanto orientais quanto ocidentais — e numa bibliografia o mais rica possível, num campo que não é propriamente dos mais freqüentados pelos pesquisadores.

O livro divide-se em cinco capítulos, dos quais os três primeiros são dedicados ao aprovisionamento de metais “monetarizáveis” pela região, ou seja, o ouro, a prata e o cobre. Embora o Autor não o afirme expressamente, de sua leitura impõe-se a impressão nítida da total dependência da região de fornecimentos externos (ouro do Sudão e os outros dois metais da Europa Ocidental), constituindo-se numa sugestiva exemplificação da importância econômica de uma localização intermediária e comercialmente oportuna. O capítulo seguinte, dedicado ao balanço de pagamento e de trocas, ainda mais acentua o débito das sociedades da área à sua posição de cruzamento de rotas, pois tanto o Egito quanto o Oriente-Próximo asiático praticamente nada produziam daquilo que negociavam (além dos metais, “monetarizáveis” já citados, o cobre e o ferro do Ocidente, o qual entrava ainda com tecidos, madeiras e outros produtos, as especiárias do Oriente distante e os escravos da Ásia Central, Europa Oriental e África Negra). Mesmo a sua participação como agentes do comércio se revela como pouco dinâmica e assaz limitada. Esse fenômeno é particularmente evidente no tráfico com o Ocidente (quanto àquele com o Sudão, regiões fornecedoras de escravos da África e Oriente distante, sai-se sem uma impressão claramente definida na matéria), levando o Autor seguidamente a referir-se aos comerciantes italianos como “exportando da Europa” e “importando para o Egito”, visto que ele se coloca estritamente na ótica do mundo muçulmano, e não numa posição de bi-lateralidade expositiva. Em relação ao comércio com a Cristandade Ocidental, chega o Autor à conclusão de que o balanço de pagamentos foi favorável ao Egito e seus vizinhos, sendo, em contra-partida, deficitária a troca de mercadorias, deduzindo-se que o fator chave de equilíbrio era constituído pelo ouro do Sudão. Dado que os especialistas mostram-se bastante divididos em suas opiniões, o parecer do Autor reveste-se de grande significação, constituindo, talvez, a principal contribuição de seu trabalho.

O quinto e último capítulo trata da derrocada econômica que precedeu à conquista otomana, evocando o Autor para explicá-la sucessivamente o *deficit* comercial, as despesas militares e de manutenção da Corte, o entesouramento de peças de moedas fundidas e transformadas em baixelas de prata, joias e objetos afins por particulares e a concorrência portuguesa no tráfico de ouro do Sudão, sobretudo a partir das alturas de 1460. Mas, visto que o Autor reco-

nhece seguidamente que cada um desses fatores — mesmo o último citado, o mais grave de todos — isolada ou conjuntamente são insuficientes para justificar a depressão, impõe-se supor existirem na sua raiz debilidades mais profundas, às quais faz uma alusão fugidia no epílogo, ao mencionar-se o "... caractere mêmê du régime mamlouk", sendo de se lamentar não ser o problema devidamente elucidado. Aliás, o referido epílogo apresenta a peculiaridade de não se restringir à síntese do que de mais importante se examinou no correr do trabalho, incluindo também comparação entre os mecanismos de funcionamento das economias ocidental e oriental, sendo oposto o caráter estático desta ao dinamismo da primeira. O volume se encerra com uma seleção de peças justificativas, ilustrativas de transações comerciais cujos valores monetários são conhecidos.

Em resumo, uma contribuição significativa para um melhor conhecimento dos problemas econômicos da região e período considerados.

VICTOR DEODATO DA SILVA

\* \*  
\* -

MENDES JR (Antônio), RONCARI (Luiz) e MARANHÃO (Ricardo). — *Brasil História. Texto e Contexto. 1. Colônia.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1976, 300 p.

Aparece mais uma obra de síntese de História do Brasil, escrita por três jovens historiadores, planejada em quatro volumes. Como toda iniciativa do gênero, pretende ter originalidade, que consiste no abandono da perspectiva tradicional o que domina ainda a produção da totalidade da historiografia nativa, no arrolamento de governos e fatos considerados importantes: adota em seu lugar a busca do que é essencial e com o destaque da participação do povo, personagem ausente naquelas obras, nas quais é objeto de simples referência, não protagonista. Esta pretende ter o povo como o principal personagem, girando em torno dele a narrativa, com sua participação: ele não é só referido, mas é o protagonista, motor do processo do desenvolvimento brasileiro ao longo de sua História, que neste volume compreende a Colônia. Os autores não explicam a periodização empregada, que parece será a convencional, com volumes sobre a Colônia, o Império, a República Velha e Contemporâneo. Não é rigidamente convencional, no entanto, pois o presente volume termina com o período de Pombal, deixando as duas últimas décadas do século XVIII para o seguinte. Parece-nos que há sentido no critério adotado, pois a contar daí assiste-se à crise do sistema colonial, que se traduz em tentativas do administrador de recuperar o domínio americano, enquanto este se vê envolvido em lutas contínuas — as conjurações de 1789 a 1817 —, que culminam com o movimento de 1822. É razoável ligar o período ao Império, que a ruptura política